

POLÍCIA COMUNITÁRIA: POLÍCIA COMUNITÁRIA COMO INSTRUMENTO DE REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE EM GOIÂNIA – ANÁLISE DO ÚLTIMO QUINQUÊNIO

COMMUNITY POLICE: COMMUNITY POLICE AS AN INSTRUMENT TO REDUCE CRIME IN GOIÂNIA – ANALYSIS OF THE LAST FIVE YEARS

Gesley Rodrigues Correia¹
Christianne Ferreira Miranda Amorim

RESUMO

Esse trabalho objetivou estudar o serviço de segurança pública como fator principal no combate à violência e criminalidade em Goiânia, ressaltando a importância e a implementação do modelo “Policiamento Comunitário”. Sendo assim, propôs fazer com que a população compreendesse a necessidade do trabalhar em conjunto, tendo como estratégia a aproximação entre polícia e comunidade para diminuição efetiva do crime. Desse modo, analisa-se a ideia sobre a polícia comunitária como um ponto de vista contemporâneo de policiamento. Foi observado que a filosofia da Polícia Comunitária foi usada por diversos autores que fizeram várias discussões para aperfeiçoá-la e conceituá-la, como uma ferramenta de constante redução da violência. Foi levantada uma pesquisa onde o público goianiense pôde opinar com vistas em suas dificuldades e desafios, estimulando o apoio da população para que fosse prestado um serviço embasado em um processo que só poderá ser realizado com essa parceria, tendo em troca a efetivação da segurança pública para o bem estar social dos moradores.

Palavras-chave: Segurança Pública; Violência; Comunidade; Parceria.

ABSTRACT

This work aimed to study the public security service as the main factor in combating violence and crime in Goiânia, highlighting the importance and implementation of the “Community Policing” model. Therefore, he proposed making the population understand the need to work together, with the strategy of bringing the police and the community closer together to effectively reduce crime. In this way, the idea of community policing is analyzed as a contemporary point of view of policing. It was observed that the Community Police philosophy was used by several authors who held several discussions to improve and conceptualize it as a tool for constantly reducing violence. A survey was carried out where the public in Goiás could give their opinion on their difficulties and challenges, encouraging the population's support so that a service could be provided based on a process that can only be carried out with this partnership, in exchange for ensuring public safety. for the social well-being of residents.

Keywords: Public Security; Violence; Community; Partnersh

¹ Aluno: Gesley Rodrigues Correia do Curso de Formação de Praça 2023 – Turma Índia, 5ª companhia, do Comando de Academia de Polícia de Goiânia (CAPM) e-mail: gesleyrodrigues95@hotmail.com
Orientadora: Christianne Ferreira Miranda Amorim

INTRODUÇÃO

Nos últimos 5 anos, um dos temas mais debatidos na capital de Goiás (Goiânia) é sobre a Segurança Pública, os problemas estão sendo enfrentados pelo Estado e pela sociedade no sentido de combater a violência, que cresce gradativamente, causando a falta de segurança aos cidadãos, onde seus direitos constitucionais como direito de ir e vir, direito de propriedade dentre outros ficam ameaçados.

A Polícia Militar de Goiás desempenha um papel fundamental na área da Segurança Pública, sendo a mão forte do Estado, trazendo como legado a segurança necessária para que a sociedade viva com mais tranquilidade. Dentre os pilares da Segurança Pública, destaca-se o policiamento comunitário, que tem como principal aliado os próprios cidadãos, contribuindo para que esse modelo de segurança pública tenha um resultado mais eficiente.

A Polícia Comunitária é uma visão nova de policiamento, possuindo em contrapartida o auxílio da sociedade, sendo fundamentais as mediações entre polícia e comunidade. Diante disso, dentro de uma demanda social nos dias atuais, o projeto da Polícia Comunitária atua em uma ação proativa, na qual atende as necessidades de toda uma sociedade na defesa da ordem pública.

Existem dois importantes questionamentos que podem ser feitos sobre essa relação polícia/comunidade como, por exemplo: Quais são os benefícios do apoio e da contribuição da sociedade no policiamento ostensivo? Ou, qual é o principal obstáculo enfrentado pelo sistema de policiamento comunitário na luta contra a violência e a criminalidade? Percebe-se que são inúmeros os fatores, sendo sociais e até mesmo econômicos. Indaga-se sobre melhorar a qualidade de vida com essa relação, e que a violência urbana pode ser um problema contemporâneo ao qual pode ser amenizado com o envolvimento e colaboração da comunidade para criar um ambiente seguro e acolhedor para todos.

Diante desse cenário, a sociedade pode desempenhar um papel crucial para promoção e efetivação do policiamento comunitário em Goiânia, corroborando ativamente com a polícia. É válido destacar algumas formas dessa contribuição da sociedade para a polícia, como:

- Participação em reuniões e fóruns comunitários;
- Compartilhamento de informações, estabelecimento de parcerias, voluntariado, treinamento e conscientização;

- Colaboração em campanhas que promovam a conscientização da comunidade, mediação de conflitos e participação em grupos de vigilância, em que a vizinhança coopera com a polícia monitorando e relatando atividades suspeitas nas áreas locais.

Diante desses fatores, estabelece como objetivo geral da pesquisa:

1- Oferecer um trabalho de qualidade da polícia juntamente com a comunidade, ou seja, manter laços entre a PMGO e a população goianiense;

1.1- Mostrar uma renovação contemporânea com a necessidade de um policiamento diversificado, abrangendo e incluindo comunidades urbanas associadas à polícia com a finalidade de confrontar e prevenir a violência em suas mais variadas formas;

1.2- Fortalecer a relação e a cooperação entre a polícia e a comunidade local, com foco na prevenção do crime, promoção da segurança, e na melhoria da qualidade de vida das pessoas que vivem nessa área específica, identificando, entendendo e resolvendo os problemas de segurança e ordem pública.

Assim, para serem alcançados os objetivos específicos, são delineados:

2- Levantar dados e pesquisas referentes ao policiamento comunitário com enfoque na prevenção e resolução de problemas;

2.1- Desenvolver ideias para melhorar a construção de confiança entre a polícia e as comunidades de Goiânia;

2.3- Coletar dados estatísticos para demonstrar as áreas específicas que necessitam da intensificação do policiamento comunitário.

Em síntese, neste trabalho sobre o tema Polícia Comunitária em Goiânia, cada seção apresentará informações específicas e contribuirá para uma melhor compreensão sobre o assunto. Essa estrutura ajudará e guiará o leitor através dos diferentes aspectos da polícia comunitária, desde sua definição e teorias até sua implementação prática e análise dos resultados, contribuindo para uma percepção mais aprofundada do tema.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A polícia comunitária surgiu através de movimentos populares nos anos de 1970, com grupos que buscavam alcançar politicamente seus interesses, até mesmo a participação política e preencher as necessidades estruturais de sobrevivência. Dessa forma, Peruzzo (2006):

[...] o fato de tratar-se de uma forma de expressão de segmentos excluídos da população, mas em processo de mobilização visando atingir seus interesses e suprir necessidades de sobrevivência e de participação política. No entanto, desde o final do século passado passou-se a empregar mais sistematicamente, no Brasil, a expressão comunicação comunitária para designar este mesmo tipo de comunicação e também outras expressões similares. (PERUZZO, 2006, p. 2).

Existem vários autores que discorrem de formas diversificadas sobre a Polícia Comunitária. Pode-se demonstrar que o policiamento comunitário surge na sociedade, trazendo como destaque o policiamento contemporâneo.

A crise da legitimidade e de eficiência das polícias no País ainda não foi superada. Boa parte da população vê a polícia com desconfiança e medo e o policiamento comunitário, entre outros efeitos, foi pensado como uma estratégia para melhorar o relacionamento da polícia com os cidadãos. A ênfase no policiamento comunitário tem servido para postergar também o debate sobre a unificação das polícias e para dar uma satisfação sobre o que vem sendo feito para diminuir a criminalidade. (BONDARUK, 2007, p. 98).

Pode-se afirmar que é um policiamento embasado na democracia e que variados temas e formas vêm sendo discutido e pensado para diminuição da criminalidade, chegando a uma possibilidade de um serviço social e unificado entre polícia e sociedade. Segundo Bondaruk (2007, p. 48), "A polícia é a instituição que tem autorização para agir quando algo que não deveria ocorrer está em andamento, e alguém deve intervir imediatamente".

Diante desse cenário, foram elaborados instrumentos e iniciativas governamentais voltados para a redução da criminalidade, especialmente nas áreas urbanas, dando origem à concepção de policiamento comunitário.

A tendência mundial e globalizada pela adoção da Polícia Comunitária faz emergir reflexões a respeito do que seja uma comunidade, qual a base de sua definição e como trabalhar com ela. Se aparentemente simples este conceito enseja uma grande complexidade. Em tempos passados, uma comunidade geográfica possuía certa homogeneidade, todavia, o crescimento desordenado das cidades, incapazes de acompanhar a evolução dos contingentes demográficos com a satisfação de seus requisitos básicos de serviços públicos e bem-estar correspondente, mudou sensivelmente este quadro. (BRUM, 1980, p. 2-4).

Nesse enredo de polícia comunitária, Brum (1980) explora as constantes transformações e dificuldades que são enfrentados pela população urbana. Ele verifica as mudanças culturais, econômicas, sociais e políticas que atua a prática das comunidades urbanas dos dias atuais. Provavelmente, o autor analisa como essas mudanças atingem esse

trabalho em conjunto. Isso engloba as relações sobre a importância da abordagem em parceria, necessitando adaptar as estratégias policiais ao novo cenário urbano e a promoção da relação cívica para melhorar a qualidade de vida e a segurança.

Ao relatar sobre polícia comunitária, Jerome Skolnick (1982) traz relatos da demanda de uma polícia que trabalhe de forma mais próxima da população, trazendo em conta as expectativas e as realidades regionais. Skolnick sugere uma abordagem na qual os envolvidos são a polícia e a comunidade, trabalhando em conjunto para melhorias e resolução de problemas de segurança.

Tendo em consideração a opinião de Skolnick, é destacada a importância de uma polícia que não seja somente uma base de controle reativa, mas sim que esteja existente entre a comunidade, conhecendo seus integrantes e seu enredo, tendo em vista a colaboração ativa como um todo para proporcionar um recinto mais seguro e tranquilo. Para o autor, a polícia comunitária deve procurar equilíbrio entre a aplicação da lei e a construção de relações produtivas com a comunidade que ajuda.

Para se chegar ao policiamento orientado para a comunidade, ou orientado para o bairro, todos esses elementos devem estar envolvidos, mas, em si, eles não são o policiamento comunitário. Boas intenções não levam a novos programas. Departamentos de polícia podem ser reorganizados sem mudar as estratégias básicas; e estilos de gerenciamento podem mudar, embora os objetivos organizacionais permaneçam os mesmos. (SKOLNICK; BAYLEY, 2006, p. 17).

O trabalho de Bayney (2006) relata sobre a importância dos agentes policiais trabalharem em aproximação com os membros da comunidade para constatar, priorizar e abordarem coletivamente as preocupações da segurança pública. Esse movimento ajuda a adequar as técnicas de policiamento às necessidades e expectativas minuciosas da comunidade, proporcionando em sentido de deveres divididos da segurança e melhorando a certeza das relações entre autoridades responsáveis pela aplicação da lei e o público.

A abordagem policial deve ser adotada de políticas justas e imparciais, evitando qualquer tipo de discriminação. É uma forma de garantir a segurança de todos os membros com igualdade e respeito. Além disso, proporcionar a presença do policial como forma positiva, por meios de patrulhamentos fora da viatura, ou seja, a pé. Pensando assim, David L. Trojanowicz (1982) foi um dos pioneiros que mais teve influência para implementação da polícia comunitária. Trojanowicz era policial, professor e pesquisador, suas ideias tiveram

repercussões positivas para a modificação do exercício da polícia em direção a um ponto de vista mais orientado para a comunidade.

Trojanowicz teve alguns pontos que contribuíram para a polícia comunitária, como por exemplo: desenvolvimento do conceito, prevenção e resolução dos problemas, estabelecimento de confiança, educação e treinamento, impacto duradouro e envolvimento comunitário. Ele defendia uma abordagem em que a polícia trabalha com a total colaboração da comunidade, onde os cidadãos participam ativamente para o policial entender sua realidade e necessidade.

O autor supracitado dedicou sua profissão ao avanço desse policiamento comunitário, ele contribuiu de forma relevante para a evolução moderna e centrada na participação da comunidade.

Theodomiro Dias Neto (2009) é outro autor que contribui com as pesquisas sobre polícia comunitária, é um pesquisador brasileiro e conhecido por contribuir em pesquisas na área da segurança. Ele aborda sobre os princípios e práticas da polícia comunitária, destacando o convívio entre a polícia e a comunidade, com a participação cidadã e a construção de relações de segurança.

O confronto público das diversas experiências profissionais desbloqueia a criatividade social para novas abordagens. No policiamento comunitário, por exemplo, a polícia tem as suas competências e estruturas redefinidas, para poder interagir com outras organizações no processo de identificação, análise e gestão dos problemas. Zonas de intersecção entre a instituição policial e os demais órgãos da administração pública tornam-se mais frequentes: a polícia passa a dispor de recursos e competências não penais e adquire influência na discussão de ações governamentais de impacto na vida das cidades, como alterações de zoneamento, construção de um conjunto habitacional ou alteração dos horários de funcionamento de um parque. (NETO, 2009 p. 6 e 7).

Ao revisar constantemente os métodos traçados do policiamento comunitário, é recomendado avaliar sua importância na qualidade de vida e sempre fazer mudanças quando necessárias. Assim, poderá suprir todas as necessidades e mudanças conforme as expectativas em um todo. Diante desse contexto, pode-se destacar Herman Goldstein (1977), que ressalta a importância de avaliar as estratégias de policiamento comunitário. Ele argumenta que as tarefas das comunidades e os desafios de segurança estão sempre em modificação e que é de muita importância revisar e adaptar as abordagens.

Pensando nessa prática de adaptar e revisar continuamente as metas traçadas do policiamento comunitário, é necessário assegurar que as estratégias estejam sempre

estruturadas com as necessidades e expectativas em avanço com as comunidades, possibilitando uma abordagem mais eficiente e sustentável para a segurança pública.

Além de Goldstein, outros autores e pesquisadores, como Wesley Skogan e Anthony A. Braga (2002) também discorrem sobre a importância da análise e de estar sempre avaliando as novas estratégias traçadas no policiamento.

Wesley Skogan é um grande pesquisador na área de segurança urbana, ele é conhecido por suas colaborações teóricas e experimentais sobre a polícia comunitária, uma espécie que destaca a parceria para melhorar a segurança local e resolver problemas em conjunto, essa colaboração está entre a polícia e a sociedade.

Skogan (2006) ressalta que trabalhar transparente, responsável e confiante, são elementos principais para o desfecho da polícia comunitária.

O policiamento comunitário efetivo requer responsabilidade para com as demandas dos cidadãos a respeito tanto das necessidades da comunidade quanto das melhores formas pelas quais a polícia pode resolvê-las (...). A polícia e o público são, nesse sentido, coprodutores da segurança, nenhum podendo reclamar monopólio sobre o enfrentamento da criminalidade (SKOGAN, 2006, p. 28-29).

O pesquisador e criminologista Anthony A. Braga (2002) analisa sobre as prevenções da criminalidade, policiamento e mediação baseada em esclarecimentos. Defende a abordagem da polícia comunitária, frisando a importância do trabalho em conjunto entre polícia e comunidade para trabalharem assuntos sobre a segurança pública. Braga ressalta sobre a urgência de técnicas baseadas em evidências, a desenvoltura da comunidade e contribuição com a polícia e outros setores para enfrentar seguramente os confrontos da segurança local. Nesses contextos, a comunidade assume um papel ativo na produção conjunta do serviço de policiamento: de um lado, atua como uma das fornecedoras de informações; de outro, desempenha o papel de sua própria supervisora, monitorando suas atividades e, especialmente, reportando eventuais desvios de conduta (Braga, 2015).

Quando se fortalece esse laço entre a polícia e a comunidade, a segurança pública pode ser aperfeiçoada, tendo resultados mais qualificados para todos os que estão incluídos. Sendo assim, Robert Putnam (2000) aborda a importância do capital social e da coesão social na construção de comunidades mais seguras, o autor destaca a importância de fortalecer os laços sociais para promover a confiança e a colaboração entre os envolvidos de uma comunidade, incluindo a polícia.

Prosseguindo com todas essas análises, a Diretriz de Polícia Comunitária nº 033 (2015) estabelece a concepção de polícia comunitária do seguinte modo:

É a forma de desenvolver atividades de prestação de serviços a comunidade, baseadas na estratégia em que a comunidade e a polícia devem trabalhar em conjunto para identificar e resolver problemas prementes, tais como crimes, drogadição, medo do crime e desordens em geral, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da comunidade, priorizando ações de forma sistêmica, integrada com responsabilidades compartilhadas. (DIRETRIZES DE POLÍCIA COMUNITÁRIA Nº 033, 2015, p. 11).

Nesse viés, conclui-se que há uma necessidade da cooperação conjunta nas responsabilidades entre as forças policiais e a comunidade, visando promover uma abordagem holística da segurança, onde é crucial a parceria destas para o sucesso das estratégias de policiamento comunitário no que tange à redução da criminalidade e na promoção da segurança pública.

3 METODOLOGIA

A construção desse artigo sobre “Polícia Comunitária em Goiânia” envolverá uma abordagem metodológica sólida que permitirá compreender o tema de forma estruturada e informativa, explorando diferentes fontes, teorias, estudos de casos e pesquisas anteriores, identificando fatores-chave que contribuirão para o êxito dessa forma de policiamento. Envolverá informações concisas de primeira mão sobre a eficácia e desafios desse modelo de abordagem, promoverá a coleta e análise de dados estatísticos relacionados à criminalidade antes e depois da implementação da polícia comunitária nessa determinada área específica, para avaliar seu impacto e sua efetividade na redução de crimes.

O referente trabalho será realizado com base em pesquisas documentais e internet, trazendo referências bibliográficas que definem basicamente os fundamentos da polícia comunitária, analisando documentos oficiais, estatísticas governamentais e registros de entrevistas com membros da polícia e da comunidade. Além disso, combinará métodos quantitativos através de pesquisas com questionários por meio de plataforma digital para entender uma visão complementar e real sobre o tema, coletando as mais variadas opiniões e obtendo insights aprofundados de eficácia e desafios da polícia comunitária.

Destarte, a obtenção e combinação das mais variadas formas dessas metodologias, enriquecerá a análise e proporcionará uma visão mais completa desse modelo de policiamento, corroborando para uma pesquisa de forma colaborativa, promovendo a integração de diferentes perspectivas para uma compreensão mais abrangente. Dessa maneira, será possível identificar problemas de segurança, planejar e programar estratégias de melhoria

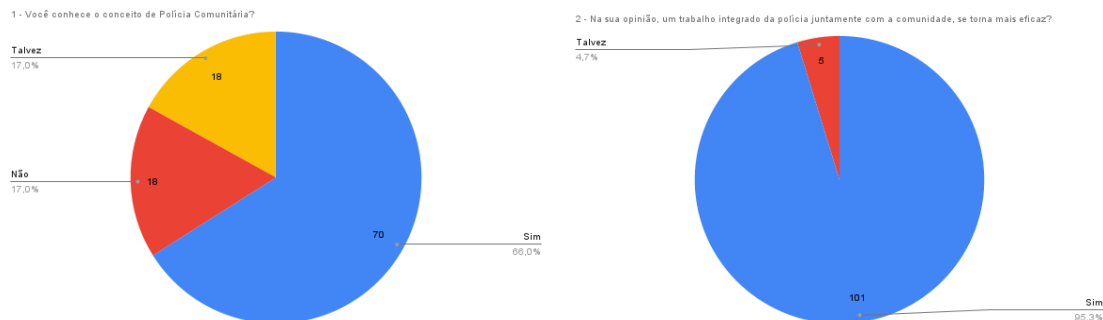
com uma abordagem valiosa e promissora para segurança pública goianiense, promovendo a efetividade de segurança e, conseqüentemente, o bem estar comum e a paz social.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 - Questionário

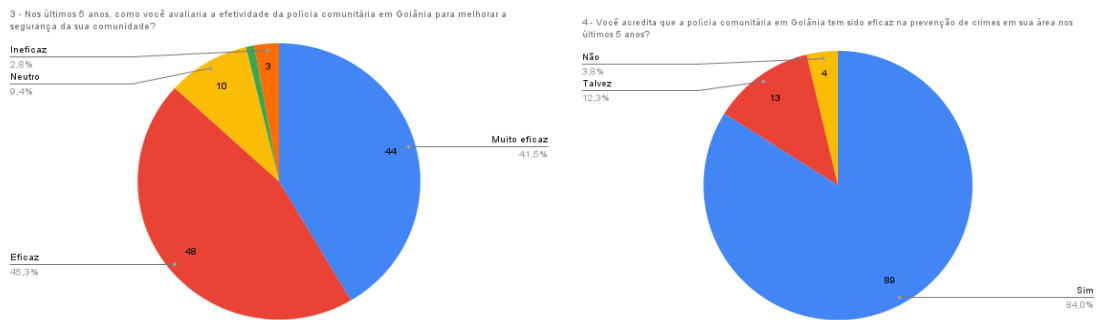
Essa pesquisa foi realizada pela elaboração de um questionário com o foco na temática: polícia comunitária como instrumento de redução da criminalidade em Goiânia nos últimos 5 anos, sendo possível avaliar sua efetividade e buscar a implementação de melhorias. A pesquisa foi dirigida a um grupo seletivo de moradores goianienses, sendo avaliada, especificamente, por 106 pessoas.

Com os dados obtidos foi possível colher uma grande diversidade de informações que serão apresentadas em forma de gráfico e na ordem da sequência que os entrevistados responderam as perguntas, tendo a possibilidade de analisar o gráfico em quantitativo específico de número e porcentagem de pessoas.



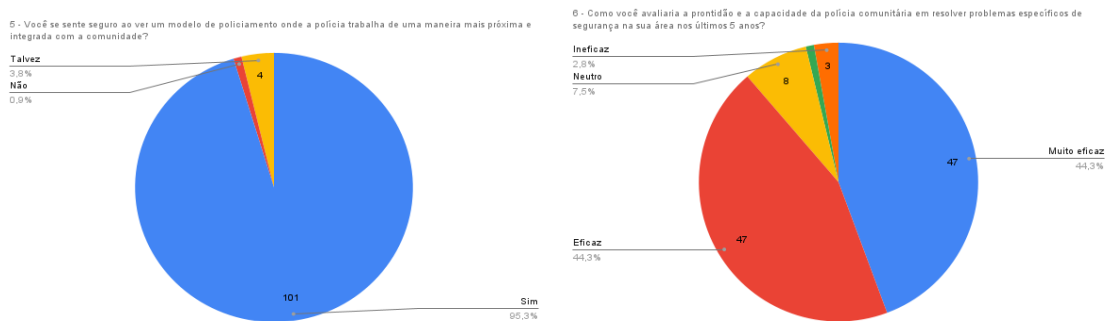
Fonte: Elaborada por Gesley Rodrigues Correia
<https://forms.gle/fwcn2BMmeEjjkTRR8> (2023).

Inicialmente, foi questionado como 1ª pergunta, se o entrevistado conhecia o conceito de polícia comunitária, sendo que 70 pessoas responderam que conheciam enquanto 18 afirmaram não conhecer e 18 que talvez conhecessem. Já na 2ª hipótese levantada, foi questionado se um trabalho integrado da polícia juntamente com a comunidade se tornaria mais eficaz no policiamento, onde quase que por unanimidade 101 pessoas concordaram com a pergunta e apenas 5 responderam que talvez.



Fonte: Elaborada por Gesley Rodrigues Correia
<https://forms.gle/fwcn2BMmeEjkkTRR8> (2023).

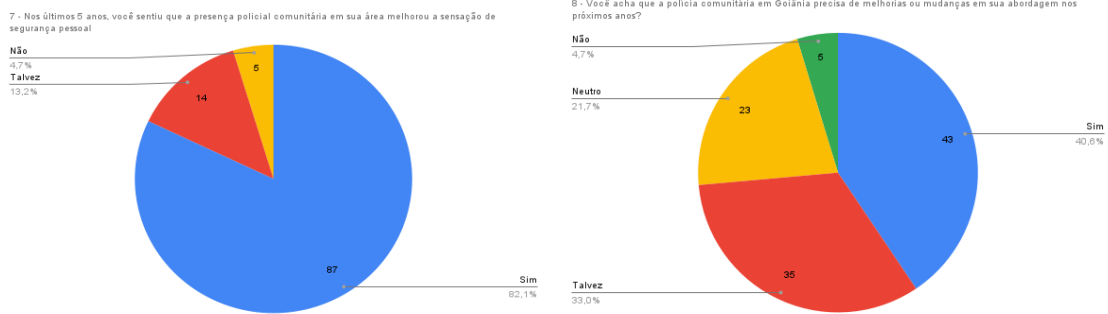
Além disso, no 3º item, foi questionado como o entrevistado avaliaria a efetividade da polícia comunitária em Goiânia para melhorar a segurança da sua comunidade nos últimos 5 anos, tendo que 44 pessoas afirmaram ser muito eficaz, 40 disseram ser eficaz, 10 ficaram neutro e 3 opinaram ser ineficaz. No 4º questionamento, foi indagado se o avaliador acreditava que a polícia comunitária em Goiânia tinha sido eficaz na prevenção de crimes em sua área específica nos últimos 5 anos, foi obtida a resposta de 89 pessoas afirmando que sim, 13 talvez e 4 afirmaram que não.



Fonte: Elaborada por Gesley Rodrigues Correia
<https://forms.gle/fwcn2BMmeEjkkTRR8> (2023).

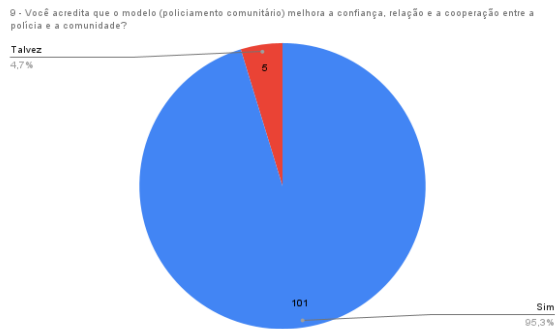
Mormente, em conformidade com a 5ª pergunta, foi indagado se a pessoa se sentia mais segura ao ver um modelo de policiamento onde a polícia trabalhava de uma maneira mais próxima e integrada com a comunidade, tendo como resultado uma projeção de 101 pessoas concordando positivamente contra apenas 4 optando pela alternativa negativa. De outra forma, no 6º item, foi proposto como o questionado avaliaria a prontidão e a capacidade da polícia comunitária em resolver problemas específicos de segurança na sua própria área nos últimos 5 anos, e a resposta foi bem promissora, sendo de 47 pessoas avaliando como

muito eficaz, 47 pontuando como eficaz, 8 ficaram neutras e apenas 3 apontaram como ineficaz.



Fonte: Elaborada por Gesley Rodrigues Correia <https://forms.gle/fwcn2BMmeEjjkTRR8> (2023).

Nesse sentido, a 7ª questão propunha o levantamento sobre a opinião do avaliador se ele sentia que a presença policial comunitária em sua área havia melhorado a sensação de segurança pessoal nos últimos 5 anos, e a resposta obtida foi que 87 pessoas confirmaram a hipótese, enquanto 14 responderam que talvez e apenas 5 marcaram que não, ou seja, as pessoas realmente se sentiam mais seguras com a polícia na sua área específica nos últimos anos. Em uma alternativa sugestiva de melhoria, no 8º item, foi levantado se as pessoas achavam que a polícia comunitária em Goiânia precisava de melhorias ou mudanças em suas abordagens nos próximos anos, e uma parcela expressiva de 43 opinaram que sim, 35 marcaram talvez, 23 ficaram neutros enquanto 5 optaram pela alternativa negativa, comprovando que a comunidade acredita ser necessário que haja mudanças e melhorias nesse sistema de policiamento.



Fonte: Elaborada por Gesley Rodrigues Correia <https://forms.gle/fwcn2BMmeEjjkTRR8> (2023).

Por fim, foi proposta a 9ª pergunta, que indagava se o avaliador acreditava que o modelo (policiamento comunitário) melhorava a confiança, relação e a cooperação entre a

polícia e a comunidade, com esse item foi obtido um posicionamento quase que unânime dos votantes, 101 pessoas disseram que sim e somente 5 optaram pelo não. Nesse contexto, fica claro que o policiamento comunitário é visto como uma grande estratégia pelos entrevistados, concentrando-se em uma parceria entre polícia e comunidade onde ambas trabalham juntas para criar um ambiente seguro e colaborativo, tendo como base um relacionamento ético e transparente, propiciando assim a segurança e o deleite de toda a coletividade perante esse engodo social.

Ainda, no intuito de colher opiniões da população goianiense, na 10ª pergunta, foi proposta uma questão discursiva objetivando que o entrevistado apresentasse um breve exemplo para melhorias no modelo de policiamento comunitário. Foram obtidas as seguintes respostas, respectivamente: Ações que buscam promover uma maior integração; priorizar locais mais sensíveis à criminalidade; visita aos comércios e áreas bancárias; mais segurança ao andar na rua à noite; ter mais integração com a comunidade; ser mais ativos (fazer mais vezes as rondas); ter mais efetivos na rua; colocar um efetivo maior de policiais nas regiões mais problemáticas.

Em seguida, foram extraídas outras respostas pedindo o aumento das polícias especializadas; policiamento na porta das escolas nos horários de entrada e saída, visando um cuidado ainda maior com as crianças, tanto nas escolas públicas e privadas; maior trabalho de divulgação na comunidade para entendimento do trabalho a ser executado; interligar o sistema da guarda municipal, polícia civil, militar, rodoviária, vigilância sanitária, bombeiros, SAMU, hospitais e cais; envolver a implementação de tecnologias mais modernas; divulgação do WhatsApp regional da polícia; uma maior aproximação entre civis e militares e mais participação de militares principalmente nas escolas onde terá um elo entre crianças e adolescentes com esses militares; treinamento contínuo dos policiais em habilidades de comunicação e resolução de conflitos; mais viaturas em regiões específicas fazendo rondas e abordagens.

Nesse sentido, para fortalecer o policiamento comunitário, foram citadas as seguintes respostas voltadas à comunidade: que os policiais sejam mais empáticos; que ela possa ter um envolvimento maior nos ambientes militares; maior integração com representantes para entender as demandas; considerar as opiniões que são dirigidas à polícia; mais acesso para conversar com as guarnições policiais daquela determinada área; que a polícia possa criar mecanismos e programas que a envolvam em eventos para ter mais proximidade e confiança;

que a polícia possa ter uma maior aproximação das crianças e adolescentes das áreas com maior incidência criminal.

4.2 - Resultados das Estatísticas Governamentais com Análise em Documentos Oficiais

Com base no estudo e análise de páginas oficiais governamentais e também de noticiários em endereços eletrônicos, foi possível fazer um levantamento de informações com projeções e estatísticas sobre a temática voltada para o policiamento comunitário e segurança pública. Nesse viés, foi perceptível que o Governo e os órgãos Estaduais de Goiás têm investido pesado com a intenção de promover uma segurança pública de qualidade. De acordo com o site da Secretaria De Segurança Pública (SSP-GO), os níveis de delinquência em Goiânia e em todo Estado de Goiás têm experimentado uma redução significativa desde 2019.

Além disso, um levantamento da Secretaria de Segurança Pública (SSP-GO) referente aos primeiros seis meses de 2023, em comparação com o mesmo período do ano anterior, revela que, das 15 categorias registradas, ocorreu declínio em 11, destacando-se a diminuição de 80% nos casos de latrocínios, que são roubos seguidos de mortes. Adicionalmente, no que diz respeito aos Crimes Violentos contra o Patrimônio (CVP), observou-se decréscimo em todas as classificações: furto de carga (63%), furto de veículos (34,1%), furto a pedestre (29,7%), furto a residência (28,3%) e furto em estabelecimento comercial (23,4%). Desde 2019, não há registros de roubo a instituição financeira em Goiás. É necessário pontuar que os indicadores apresentados são coletados por meio do Sistema de Registro de Atendimento Integrado (Sistema RAI) utilizado por toda estrutura de segurança pública de Goiás.

Outro ponto importante que merece destaque, é que de acordo com o Batalhão Maria Da Penha sediado em Goiânia, no mês de outubro deste ano, não foi registrado nenhum caso de feminicídio na capital, corroborando por um árduo trabalho executado pela polícia militar com a participação da comunidade, uma vez que a denúncia e o compartilhamento de informações por parte da própria população local, nessa espécie de crimes, são fundamentais para o êxito das ocorrências na prevenção e enfrentamento em defesa da mulher.

4.3 – Discussão

Diante do exposto apresentado através da pesquisa realizada (Questionário), e do levantamento das análises estatísticas, foi possível compreender que as comunidades goianienses reconhecem e valorizam o modelo de policiamento comunitário, sendo crucial destacar a importância da parceria, uma vez que os cidadãos se sentem incentivados a se envolverem ativamente na solução de problemas e na prevenção da violência e da criminalidade, a fim de superar o isolamento que pode ser causado pelo patrulhamento tradicional, causando uma mudança significativa no relacionamento entre a comunidade e a polícia militar, baseado na confiança e colaboração mútua.

Além disso, foi possível extrair da pesquisa que a maior parcela da comunidade entrevistada confia e acredita que um policiamento específico e direcionado, onde polícia e comunidade atuam de maneira integrada, gerará maior retorno e efetividade no combate à criminalidade e na redução de crimes. Dentre as sugestões feitas pelos entrevistados, foi possível captar os anseios e entender o que a comunidade espera da polícia.

Nesse sentido, percebe-se que os residentes de Goiânia têm várias expectativas quando se trata do modelo de policiamento comunitário, os moradores esperam que a polícia compreenda as necessidades específicas de suas áreas, respondendo e intervindo de maneira apropriada aos problemas locais. Assim, a comunidade espera que a polícia esteja presente e visível na área, interagindo regularmente com os residentes, criando um senso de segurança e familiaridade onde as pessoas possam ser ouvidas e envolvidas na tomada de decisões relacionadas à segurança.

Destarte, as conclusões obtidas, condizem com o que Jerome Skolnick (1982) escreveu, onde ele afirma que a demanda de uma polícia que trabalhe de forma mais próxima da população é realizada por uma abordagem na qual os envolvidos são: a força policial e a comunidade colaborando de maneira conjunta visando aprimorar e solucionar questões relacionadas à segurança. Não obstante, o autor Trajanowicz (1982) também argumenta que a polícia deve estar atenta às necessidades específicas da comunidade que serve, adaptando suas abordagens e estratégias de policiamento de acordo com essas necessidades. Nesse viés, pode-se concluir que os resultados alcançados, retrataram o encorajamento e anseio das comunidades em desempenhar um papel ativo na segurança coletiva, capacitando e incentivando os cidadãos a tomar medidas para proteger a si mesmos e suas vizinhanças, trilhando para o sucesso na promoção da ordem pública e na defesa da paz social.

5 CONCLUSÃO

Devido às exigências gradativas da sociedade, é inevitável a modernização nas instituições públicas, isso ocorre para maior excelência da prestação do serviço público. Sendo assim, os objetivos traçados nesse trabalho se concluem destacando a magnitude da abordagem de polícia comunitária como um exemplo competente para proporcionar a segurança pública.

Os resultados mencionados da pesquisa indicam que a construção de parcerias seguras entre a comunidade e a polícia, não apenas expande a segurança, mas também contribui para a precaução de crimes, crescimento da tranquilidade e melhoria da qualidade de vida. Entretanto, a execução em êxito necessita de muito empenho, tendo treinamentos contínuos e adequados voltados para cada tipo de público comunitário.

Este estudo se fortificou nos objetivos gerais na dimensão de investir nos métodos que unem a polícia da comunidade, objetivando edificar sociedades mais seguras e participativas. Demonstrou maior confiança na colaboração ativa entre os membros, trazendo redução da criminalidade e paz social. Além disso, o estudo ressaltou que as abordagens diligentes, empoderam a comunidade na prevenção de crimes e fortalecem os laços sociais.

Esses resultados enfatizam a necessidade de constantes investimentos para promover a parceria sólida entre polícia e sociedade, alcançando resultados fundamentais positivos e sustentáveis, facilitando a comunicação e cooperação na prevenção de delitos. Essa colaboração melhora a percepção da comunidade em relação à polícia, capacitando os residentes a se tornarem participantes e competentes na promoção da segurança pública.

Com a problemática de melhorar a qualidade de vida com a relação polícia/comunidade, foram destacadas várias estratégias como: treinamento da polícia voltada para o público comunitário, participação da comunidade nos projetos policiais, transparência e responsabilidade com um diálogo aberto para criar laços e familiaridade. Ao programar essas medidas, pode-se evoluir para uma parceria positiva, gerando a segurança e o bem estar comum em áreas específicas de grande incidência criminal nas mais variadas estruturas das comunidades.

Infere-se, portanto, que são vários os benefícios do apoio e contribuição da sociedade no policiamento ostensivo, alguns deles são: prevenção de crimes, confiança mútua, resposta rápida, redução da insegurança, desenvolvimento de programas mediadores de conflitos locais e por fim uma construção de relacionamento sólido entre a polícia e a comunidade. Em resumo, pode-se concluir que a polícia comunitária é mais do que uma estratégia de

segurança, é um testemunho vibrante da resiliência humana e da capacidade de construir juntos um ambiente onde todos prosperem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAYLEY, David H.; SKOLNICK, Jerome H. Nova polícia: inovações nas polícias de seis cidades norte-americanas. Tradução Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: USP, 2006.
- BONDARUK, R. L. **Polícia comunitária, polícia cidadã para um povo cidadão**. Curitiba: Comunicare, 2004, 167p.
- BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.
- BRAGA, Anthony Allan. “Crime and Policing, Revisited”. *New Perspectives in Policing Bulletin*. Washington, DC: U.S. Department of Justice, National Institute of Justice, 2015.
- BRAGA, Anthony A. (Ed.). *Police innovation: contrasting perspectives*. New York: Cambridge University Press, 2006.
- BRUM, H. **As novas dimensões da comunidade urbana**. Carta Mensal: problemas nacionais, Rio de Janeiro, XXVI, n. 305, set., 1980.
- _____, **Diretriz de Polícia Comunitária Nº 033/2015**, Porto Alegre: Estado da Brigada Militar, 3º Seção PM3, 105 p.
- LINHARES, Ângela. Reflexões sobre direitos humanos na educação: uma discussão introdutória. In: SALES, Lília Maia de Moraes. (Org.). **Educação em direitos humanos**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2007.
- NETO, T. D. **Em busca de um conceito de nova prevenção**. Universidade Federal de Santa Catarina, 2009, p. 6 e 7.
- PERUZZO, Cicília Krohling. **Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária**. Disponível em <http://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/Revisando%20os%20Conceitos%20de%20Comunicacao%20Popular.pdf>. Acesso em 17/10/16.
- PUTNAM, R. Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community, *Journal of Democracy*, 2000.
- SEDH – SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Educação em direitos humanos**. 2009b.

Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/estrutura-presidencia/sedh/promocaodh/>.

Acesso em: 29 de set. De 2009.

SKOLNICK, J. H. BAYLEY, D. H. **Policimento Comunitário: problemas e serviços sociais**. São Paulo: Edusp, 2006, p. 17.

SKOGAN, Wesley. The promise of community policing. In: WEISBURD, David L.; In: WEISBURD, David. EU.: BRAGA, António A. (Ed.). *Inovação policial: perspectivas contrastantes*. Novo. Iorque: Cambridge University Press, 2006.